

Repensando o sexo e o gênero na política

DOI

<http://dx.doi.org/10.11606/2179-0892.ra.2018.145531>

Daniel Attianesi e Guilherme Passamani

🏠 Universidade Federal de Mato Grosso do Sul | Campo Grande, MS, Brasil

✉ danielattianesi@gmail.com, grpPASSAMANI@gmail.com

VARIKAS, Eleni. 2016.
Pensar o sexo e o gênero.
Tradução de Paulo Sérgio
de Souza Jr. Campinas-SP,
Editora Unicamp, 136 pp.

Não há linguagem política para pensar a liberdade ou, o que dá na mesma, a não liberdade das mulheres; não há linguagem para conceber uma ausência como essa em termos políticos. Essa linguagem, será preciso inventá-la (: 16).

O segundo livro traduzido para o público brasileiro de Eleni Varikas, *Pensar o sexo e o gênero*, sublinha, como seu primeiro livro a chegar no Brasil, *A escória do mundo: figuras do Pária* (2014), as dificuldades de se pensar o diferente. Nesse caso específico, pensar a questão da diferença entre sexo e gênero em sua dimensão de formação política.

Professora de estudos e teoria de gênero em política da Universidade de Paris VIII, Varikas discutira a historicidade do gênero como um princípio organizador da política, o ordenamento da diversidade humana em dois grupos sociais constituídos hierarquicamente e de forma autoritária.

O trabalho de Eleni Varikas, portanto, se insere em um estudo teórico da construção de perspectivas da diferença, o que guarda relações com a obra da antropóloga indiana Avtar Brah (1996), *Cartographies of Diaspora: Contesting Identities*. A relação próxima de Varikas com Brah consiste em sua utilização da percepção da diferença como experiência, que será fundamental para a compreensão da autora sobre o conceito de mulher discutido no livro. O texto que a autora apresenta aos brasileiros agora compõe o escopo de estudos, acadêmicos e teóricos, feministas. Os principais problemas evocados pela autora, no decorrer de seu livro, são os questionamentos das sociedades modernas a partir da perspectiva de gênero, o estudo de um grupo dominado, nesse caso as mulheres. A autora destaca que enquanto são minados os processos de categorização

delas enquanto sujeitos iguais aos homens, o que irá legitimar sua dominação, faz-se relevante representar a pluralidade e a historicidade das diversas experiências femininas, bem como o enfrentamento da questão central de uma força em que constrói o gênero pela política em determinado momento histórico, principalmente uma discussão pós revolução francesa e a seguida luta pelos direitos clássicos do liberalismo.

Em vista desses problemas, o primeiro capítulo, “Gênero: um conceito itinerante”, busca pensar o conceito de gênero a partir de uma perspectiva interdisciplinar¹. Com isso, pretende-se, por meio das diversas disciplinas que estudam mulheres e gênero, repensar as próprias fronteiras que buscam encapsulá-las.

Este é o gancho para a autora pensar o lugar ocupado pela linguagem como um campo de ação, e em como o conceito de gênero pode ser percebido nesse campo. Repensando aqui a própria significação do conceito de gênero pelas ciências humanas e o esforço para deixar claro que esse conceito é resultado de uma construção social e não de uma materialidade pré-discursiva. O gênero, em seu sentido gramatical, se mostrará totalmente arbitrário, dependendo da terminação dos substantivos e não de uma essência própria das coisas que elas buscam designar. Dessa forma, a própria palavra *gênero*, para a autora, materializa-se como um princípio de ordem, que se fundamenta numa divisão social de tarefas e funções que se diferenciam, isto é: uma forma de pensar o mundo e a política desde um prisma de diferença entre os sexos.

A autora ainda destaca como os conceitos de gênero e sexo serão pensados em alguns territórios nacionais, em suas próprias línguas, bem como a particularidade observada por Varikas na França. Buscando compreender o potencial cognitivo que a utilização dessas palavras apresenta na representação hierárquica da sociedade, a autora entende que tanto a filologia quanto a gramática não são terrenos neutros, mas sim espaços políticos de confronto.

A ideia problematizada por ela é a da produção de uma generalização sobre o conceito de gênero, a fim de tornar possível uma análise da dinâmica social, além de questões de poder a partir de uma premissa de antagonismo dos sexos, apesar da multiplicidade de interpretações possíveis que a palavra gênero guardaria nas diferentes línguas.

Há aqui uma crítica ao trabalho da autora feminista Luce Irigaray em seu livro *Le Temps de la différences* (1987), pois, para Varikas, a autora estaria tentando estabelecer uma relação imediata e uniforme entre o gênero das palavras e a própria dominação dos sexos. Esta, para Varikas, seria apenas uma forma etnocêntrica que confunde a sua própria particularidade com o universal, de maneira que a dificuldade, por exemplo, de feminizar os nomes das profissões no francês não se encontra em diversas outras línguas como o inglês ou alemão.

Dessa maneira, a autora entende que as iniciativas, tanto anglo-saxônicas

¹ Ressaltando aqui que a autora critica esse termo, em vista do próprio conceito reafirmar a existência das divisões e fronteiras entre as diversas disciplinas.

como a de Irigaray como as de outras ativistas francesas, que buscam fazer da língua o depositário de uma verdade que se daria pela diferença dos sexos, acabam esquecendo que a linguagem se dá como uma atividade humana que trabalha para realizar determinadas possibilidades e suscitar outras. O conceito de gênero não é proposto apenas por uma língua como afirma Fraisse (1996), mas sim por mulheres e homens que adotam essa palavra com um novo sentido e acabam por introduzir na língua um neologismo e toda uma nova gramática advinda deste conceito.

No capítulo “Pertinências e impertinências do gênero”, Eleni Varikas é mais enfática no tom da crítica da historicidade e da política acerca do conceito de gênero, bem como das diferenciações entre os sexos. A autora defende a necessidade de um afastamento de concepções que atribuem determinados traços característicos a categorias biológicas. Nesse sentido, Varikas percebe que deve ser promovida uma aproximação *das mulheres* com os outros grupos discriminados, pois isso permitiria deslocar a discussão sobre o *feminino* do terreno da biologia para o das relações de poder. Este é um movimento tático, estratégico e político.

No momento em que se faz esse movimento, é possível pensar o antagonismo de sexo como uma configuração resultante das tensões entre relações de poder ao mesmo tempo *sui generis* e comparáveis a outras, percebendo, assim, mais facilmente, o caráter de subordinação social e política das mulheres. Dessa forma, as categorias que formulamos e as distinções que estabelecemos para pensar o político e a política podem ajudar a compreender como o gênero constitui e é constituído por eles.

A partir dessa assertiva, Eleni Varikas sustenta que a invisibilidade política das mulheres, que persiste há séculos, substancializada em um flagrante apagamento, se manifesta na posição ínfima que as relações de gênero possuem na ciência política em comparação ao desenvolvimento das pesquisas feministas em outras áreas como a sociologia, a literatura e até mesmo na história. Nesse ponto, a autora se afasta de uma busca por uma causa primeira (como o patriarcado, ou a misoginia) da hierarquia de gênero. Para ela, essa recorrência pertenceria ao domínio político apenas como metalinguagem, pois, tão somente, conduziria a uma compreensão do poder como um terreno atemporal e pré-político da antiguidade e da lei natural. O suposto de Varikas, ao longo do livro, é tentar compreender como efetivar o processo que garantirá a uma mulher ser cidadã plena de direitos. *Pensar o sexo e o gênero*, então, nos convida a uma interrogação: o que faria de uma mulher uma mulher? Apenas a partir do exame da natureza política de nossa sociedade (a democracia histórica) teríamos uma chave, nos diz Varikas, para poder compreender isso.

Quando o livro começa a “Escovar a história a contrapelo”, é o ponto em que Eleni Varikas procura repensar e desnudar o que está reprimido sobra a evi-

dência de um processo, de uma teoria e de um conceito na história intelectual. Para tanto, utiliza as críticas realizadas por Mary Wollstonecraft², em *Defesa dos direitos dos homens* (1793), para ressaltar a ausência das mulheres e do gênero na história das ideias políticas. Ela faz referência a como essa autora criticará o princípio de universalidade dos direitos, que associados ao imperativo de sua aplicação concreta, deveria englobar também uma crítica da autoridade arbitrária das relações sociais tão diversas quanto das formas concretas de dependência e de servidão humanas.

Para a autora, o discurso sobre a “marcha da modernidade”, com as ideias de que a humanidade é conduzida da teocracia à secularização, do obscurantismo à razão, dos absolutismos à democracia, em que são selecionados, classificados, interpretados e avaliados os acontecimentos, as ações e as ideias do passado, fortalece uma visão que confirma o presente como o único resultado possível. Assim, tudo que excedesse ou não facilitasse essa marcha na história seria percebido como algo menor.

Varikas nos demonstra que diversas outras autoras, que criticavam a hierarquização dos gêneros no passado, foram silenciadas ou simplesmente consideradas à frente de seu tempo, como a já mencionada Mary Wollstonecraft, e Olympe de Gouges³. Com isso, Varikas busca mostrar como os historiadores ignoram ou reprimem diversas críticas clássicas que já existiam antes de qualquer uma das tradicionais ondas⁴ do feminismo. Aqui, observamos uma aproximação com o trabalho de Gayatri Spivak, *Pode o subalterno falar?* (2010), na medida em que a autora, assim como Varikas, busca demonstrar o apagamento das falas dos subalternos a partir de um olhar atento a diversos momentos da história das mulheres indianas.

A partir disso, Eleni Varikas pensará uma cartografia política da modernidade a partir das relações de gênero e do fracasso das sociedades modernas em aplicar a metade da população o imperativo da nova ordem política inaugurada pelas revoluções do direito natural, ou seja, uma lei geral para todos, conhecida de todos e elaborada por todos no que diz respeito a *universalidade, república, inclusão*. De acordo com a autora, muitos teóricos franceses teriam a ideia de que cada etapa da história política francesa (o Antigo Regime, a Revolução, a Terceira República) seria apenas o caminho pelo qual a nação estaria rumando à democracia. Quaisquer promessas inacabadas da revolução sobre o universalismo, como os direitos negados às mulheres por exemplo, seriam interpretadas por esses autores tão somente como a dinâmica da democracia em andamento e quaisquer críticas a esse movimento seriam consideradas anacrônicas. Algo semelhante a isso foi percebido pelas aproximações históricas e cronológicas que a historiadora Joan Scott (1995) evidenciou.

Essa concepção criticada por Varikas contém o princípio fundador da demo-

2 Filósofa do século XVIII (1759-1797), considerada uma das fundadoras do feminismo filosófico. Informações disponíveis em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Mary_Wollstonecraft, acesso em 02/09/2017.

3 Feminista e ativista do século XVIII (1748-1793), os escritos feministas de sua autoria alcançaram enorme audiência. Foi uma defensora da democracia e dos direitos das mulheres. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Olympe_de_Gouges, acesso em 08/09/2017.

4 Termo cunhado por Marsha Lear para distinguir-se os objetivos feministas de diversos momentos históricos. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Primeira_onda_do_feminismo, acesso em 02/09/2017.

cracia não como um ato político, mas como um fato positivo. O universalismo do Estado agiria como se todos fossem efetivamente livres e iguais. As diferenças produzidas pelos antagonismos sociais seriam desprovidas de conteúdo político, sendo politicamente invisíveis, e acabariam por ser relegadas ao “social”, que é, desse modo, dissociado do “político”.

Existiria assim uma dinâmica própria na história que apagaria os sujeitos. Eles seriam apenas produtos passivos de forças históricas, econômicas ou naturais. Os princípios de equidade seriam suprimidos das vontades caprichosas e inconstantes das pessoas e fundamentariam as “leis da história”, no sentido de um avanço civilizatório e de progresso em si. Qualquer desigualdade do passado sempre seria encarada como uma tautologia: se houve alguma desigualdade, ela indicaria que “o dia” da emancipação ainda não haveria chegado.

Eleni Varikas encerra o livro falando sobre “A experiência do gênero”. De forma certa, a autora apresenta elementos para compreendermos como as relações de poder e o processo de heterodefinição tornaram indizível e incomunicável, em termos políticos, a experiência do feminino. Ela acredita que a categoria “mulher” acaba por cair num particular, como desvio de norma, enquanto os homens a estariam subalternizando por meio de sua categoria como um genérico, ou seja, “homem”. A categoria “homem” elaborou o universal a partir de suas próprias experiências como homem, negando as experiências da “mulher”. Apesar disso, a autora reforça que não pode ignorar como exemplar a frase de Mary Astell: “se todos os homens nascem livres, como é que todas as mulheres nascem escravas?”.

Mesmo compreendendo que a frase está se referindo a um determinado contexto e não à extensão do assujeitamento indiscriminado das mulheres, Varikas entende que existiria na frase uma capacidade de aclarar a situação vivida por muitas mulheres, senão também por reatualizar um conflito, cujo caráter está sempre vivo, especialmente quando se atenta para uma genealogia das tantas injustiças às quais as mulheres foram submetidas.

Em face a críticas ao feminismo tradicional, a autora demonstra que, ao fazer da experiência das mulheres um lugar de uma “cultura” de resistência ao patriarcado, homogênea e generalizante, essas abordagens do feminismo clássico acabam por reproduzir uma lógica binária do gênero, transformando-o em um prisma exclusivo de uma releitura da história e da sociedade.

Se contrapondo também às ideias de Judith Butler (2001, 2003), Eleni Varikas se mostra cautelosa com a construção de um afastamento do determinismo biológico em vias de uma aproximação ao determinismo social ou linguístico, afirmando que o enquadramento teórico proposto por Butler deixaria pouco espaço para uma pesquisa da subjetividade. Para a autora, a inexorabilidade da função repetitiva e performativa da linguagem poderia explicar o porquê dos

homens e mulheres agirem de maneira previsível e em conformidade com as normas de gênero, como afirma Butler, mas ela não teria como explicar as resistências, os ímpetos e os desejos que excederiam e contestariam as “regras que governam” a inteligibilidade do gênero.

Pensar o sexo e o gênero revela uma Eleni Varikas bastante atenta ao debate feminista atual ao tratar tanto das questões do feminismo clássico, quanto das autoras pós-estruturalistas que conformam a chamada “virada linguística”⁵. A autora, claramente, está mais próxima das ideias do feminismo clássico, aquele que busca ver as mulheres – ainda que com um toque um pouco menos universalizante – como um grupo historicamente dominado. Se é possível apontar alguns limites na análise, isso apresenta-se visível na falta de diálogo com autores que estão pensando as questões de gênero a partir da problematização e desnaturalização das masculinidades, bem como da própria categoria “homem”, como é o caso de Raewyn Connell e James Messerschmidt (2013), Michael Kimmel e Michael Kaufman (1995), entre outros. No entanto, tal limite não compromete a investigação densa e potente de Varikas.

5 Termo esse utilizado para tratar de um importante desenvolvimento da filosofia ocidental ocorrido durante o século XX, onde a partir da década de 70 as humanidades buscam reconhecer a importância da linguagem como um agente estruturador. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Virada_lingu%C3%ADstica, acesso em 02/09/2017.

Daniel Attianesi é licenciado em Ciências Sociais (UFC) e mestrando em Antropologia Social (UFMS). Pesquisador do Núcleo de Estudos Néstor Perlongher – Cidade, Geração e Sexualidade (CNPq/UFMS). Bolsista FUNDECT.

Guilherme Passamani é bacharel e licenciado em Ciências Sociais e História (UFMS), mestre em Integração Latino-Americana (UFMS) e doutor em Ciências Sociais (UNICAMP). Professor do PPGAS (UFMS) e coordenador do Núcleo de Estudos Néstor Perlongher – Cidade, Geração e Sexualidade (CNPq/UFMS)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASTELL, Mary
1996 *Political Writings*. Cambridge, Cambridge University Press.

BRAH, Avtar
1996 *Cartographies of Diaspora: Contesting Identities*.
Londres e Nova York, Routledge.

BUTLER, Judith

2001 “Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo”. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. In LOURO, Guacira Lopes (org.). *O corpo educado*. Belo Horizonte, Autêntica Editora. pp. 151-172.

2003 *Problemas de gênero: feminismos e subversão da identidade*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

CONNEL, Raewyn e MESSERSCHMIDT, James

2013 “Masculinidade hegemônica: repensando o conceito”. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 21, n. 1: 241-282.

FRAISSE, Geneviève

1996 *La Difference des sexes*. Paris, PUF.

IRIGARAY, Luce

1987 *Le Temps de la difference*. Paris, Livre de Poche.

KIMMELL, Michael e KAUFMAN, Michael (orgs.)

1995 *Politics of Manhood*. Philadelphia, Temple University Press.

SCOTT, Joan W.

1995 “Vive la difference!”. Paris, Le Debate.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty

2010 *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte, Editora UFMS.

VARIKAS, Eléni

2014 *A escória do mundo*. Figuras do pária. São Paulo, EdUnesp.

WOLLSTONECRAFT, Mary

1973 *Defense des droits de la femme*. Paris, Payot.